

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Patrick Braga Moreira

A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA NA OBRA DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Luciano Caldas Camerino

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Patrick Braga Moreira, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772073A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA NA OBRA DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE, desenvolvido durante o período de Julho de 2019 a Novembro de 2019 sob a orientação de Prof. Luciano Caldas Camerino, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Patrick Braga Moreira

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA NA OBRA DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Patrick Braga Moreira¹

Resumo

Este artigo pretende discutir de que modo e quais condições influenciaram o modelo de pensamento de Alexis de Tocqueville, intelectual francês com ampla relevância no pensamento liberal do século XIX. Nosso objetivo é demonstrar como a Revolução Francesa foi crucial para Tocqueville ao motivá-lo a descortinar os impactos que este acontecimento traria para o futuro da França e da Europa. Dessa forma, pretendemos mostrar como que sua obra é produzida tendo como pano de fundo a revolução de 1789, a conturbação política que assolava a França no início do século XIX – em meio ao progresso liberal e a tentativa restauradora dos Bourbon após o fracasso de Napoleão em Waterloo. Evidenciado, assim, a esperança – no seu caso uma constatação – de um futuro inevitavelmente mais igualitário e democrático. Para tal tarefa, utilizaremos como material principal suas duas obras mais conhecidas: *A Democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*. Relacionando-as, por fim, pretendemos demonstrar como ambas se complementam e expressam muito bem nossa principal hipótese: a Revolução Francesa é o acontecimento que guia a produção intelectual de Tocqueville rumo a temas como a preservação da liberdade perante a igualdade e, mais importante, a democracia.

Palavras-chave: Tocqueville. Revolução Francesa. Democracia

INTRODUÇÃO

Este presente texto tem como objetivo traçar um panorama da influência da Revolução Francesa, e seu contexto, no pensamento liberal de Alexis de Tocqueville. Ou seja, iremos prezar as mudanças históricas, sociais, políticas e econômicas para compreender 1789 e o que isso desembocou, principalmente para o pensador francês.

Dividirei o artigo em basicamente quatro partes: esta introdução, um capítulo exclusivamente dedicado à compreensão do processo de derrocada do antigo regime (a partir da revolução de 1789); outro referente ao pensamento de Tocqueville; e uma conclusão na qual tentarei atar aquilo que expus ao longo do trabalho. Teremos como baluarte para essa tarefa três obras principais: *A Democracia na América*, *O Antigo Regime e a Revolução* e *A Era das Revoluções*. Os dois primeiros são obras importantíssimas do autor que escolhemos como destaque, enquanto o terceiro é um cânone de Eric Hobsbawm, que nos auxiliará em nosso referencial histórico. Além disso, utilizaremos outros materiais de apoio elaborados por comentadores de Tocqueville.

Nosso objetivo é demonstrar como o contexto da Revolução Francesa foi fundamental para a produção do pensamento liberal nos moldes de Tocqueville; o fim do Antigo Regime como o sepultamento das velhas tradições políticas; o surgimento de um conceito de ser humano abstrato, universal, que dará a tônica das mudanças históricas. A sociedade prestes a nascer é aquela que se baseia nesse ser humano, livre das imposições estamentais, individualista e produtor de seu próprio destino. Essa é uma premissa do liberalismo, contudo, veremos também que Alexis não parte desse abstracionismo individual – vê-se no autor uma preocupação histórica e social para explicar e fundamentar suas teorias.

Na primeira parte do trabalho nos atentaremos a uma perspectiva mais histórica, para que possamos adentrar na atmosfera que circundava os séculos XVIII e início do XIX. A revolução política de 1789 vem acompanhada por uma profunda mudança social/econômica – impulsionada pela Revolução Industrial. Utilizaremos bastante as obras *O Antigo Regime e a Revolução* e *A Era das Revoluções* nessa etapa do trabalho. Dessa forma, objetivamos mostrar a grandeza e a complexidade desse momento histórico. Evidenciaremos o fato de termos tido alterações profundas no modo de ser de todos os campos que

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: Patrickbraga777@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Luciano Caldas Camerino.

circundavam a vida das pessoas. Unidas, tais mudanças produziram um contexto em que fosse possível – e despertasse o interesse em - Tocqueville produzir sua reflexão acerca do homem a partir das tendências de desenvolvimento político e social.

Enquanto isso, após uma exposição mais histórica, retomaremos com uma abordagem acerca do desenvolvimento filosófico das teorias de Tocqueville, tendo como base *A Democracia na América*, sua obra principal. Nesse momento tentarei expor sinteticamente as principais teses desse autor, considerando sua abordagem, observações e preocupações que o levaram a produzir tal obra; o contexto estadunidense e as relações entre este país e a França.

Por fim, tentarei expor uma conclusão na qual relaciono diretamente as duas partes anteriores. A perspectiva histórica simultânea à produção teórica/filosófica; os acontecimentos políticos e seus desdobramentos na formação de Tocqueville; ressaltando a importância da revolução de 1789 nas obras analisadas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A Revolução Francesa

O fim do Antigo Regime está atrelado às mudanças sociais, econômicas e, fundamentalmente, políticas que ocorreram entre os séculos XVIII e XIX. Obviamente, não conseguiremos destacar profundamente todos os aspectos que levaram à ruína do absolutismo monárquico e suas relações históricas. No entanto, a partir do recorte da pesquisa, objetivamos apontar na visão do autor escolhido interpretações para tais acontecimentos. Dessa forma, atentar-nos-emos em alguns pontos que consideramos essenciais nesse processo.

Em primeiro lugar, faz-se necessário que entendamos um pouco a proporção das Revoluções desse período. Hobsbawm, em seu livro *A Era das Revoluções*, destaca a dimensão das mudanças que estavam ocorrendo naquele período: a Revolução Industrial teria sido “provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades”. Mais tarde, completa: “No começo do século, as bruxas eram queimadas; no final, os governos do iluminismo, como o austríaco, já tinham abolido não só a tortura judicial, mas também a escravidão.” (HOBBSAWM, 1996).

A comparação do surgimento das indústrias ao início da agricultura é interessante para sentirmos o patamar das alterações históricas que criaram um modelo social que nos serve como base há dois séculos. O fenômeno industrial se expandiu e se tornou global abruptamente e, em pouquíssimo tempo, tivemos uma alteração extremamente significativa na vida humana.

Dessa maneira, pretendo deixar explícito essa profunda mudança que atingira milhões de europeus (principalmente ingleses e franceses, que sentiram mais diretamente as mesmas) ao longo de um período de, basicamente, um século – de 1750 a 1850. O surgimento do proletariado e o crescimento da burguesia e seus valores, modificaram de maneira estrutural e abrupta toda realidade europeia. Num intervalo de tempo de menos de um século, a humanidade transformara sua vida, de forma que não é possível apontarmos, separadamente, todos os acontecimentos que levaram a tais mudanças. Estas são produto de uma complexa trama de ocorrências simultâneas que se influenciavam e resultaram na sociedade moderna.

Desse modo, uma análise acerca das causas de um fenômeno desse molde é sempre muito complicada. Todos os acontecimentos estão interligados ou conectados de alguma maneira, mas não é possível uma apuração holística, refinada, nesse sentido. Uma abordagem histórica muito mais completa pode ser encontrada no clássico de Hobsbawm que já mencionamos aqui. Para um alcance metodológico mais satisfatório, em nosso caso, é necessário a escolha de determinados pontos específicos. Nesse sentido, faremos a escolha de alguns aspectos que consideremos importantes e analisaremos cada um deles de forma individual e cuidadosa.

Obviamente o surgimento do iluminismo, a importância à razão e o secularismo são questões importantíssimas para a compreensão deste momento de efervescência histórica na Europa, assim como a Revolução Industrial. Contudo, irei destacar dois aspectos cruciais, na visão de Tocqueville, para a compreensão desse momento histórico.

A partir de agora atentar-me-ei, então, às causas da Revolução de 1789. De forma breve, irei expor algum dos pontos trazidos pelo autor em seu livro *O Antigo Regime e a Revolução*.

O primeiro deles é a motivação pela qual o Feudalismo se tornara algo tão pesado e insuportável para os franceses. Ou seja, por qual motivo as relações feudais tornaram-se potenciais causas de revolta. Há nisso algo especial, pois a França, juntamente com a Inglaterra, era um país no qual os traços medievais eram mais fracos do que nas demais localidades. Dessa forma, como explicar o estopim de uma revolução contra uma aparelhagem sócio-política que se expressasse de forma muito mais intensa em outras localidades? Ou melhor, como explicar a razão da Revolução ter eclodido na França e não nesses outros territórios?

Tocqueville vai direto ao ponto, demonstra que essa aparente contradição é justamente o motivo pelo qual houvesse rebelião por parte da população. Esta, livre de uma série de atribuições feudais, conseguia, justamente por esse distanciamento, enxergar incoerências nos resquícios de tais relações ainda presentes.

A causa desse fenômeno é, por um lado, que o camponês francês se tomara proprietário de terra e, por outro, que se livrara inteiramente do governo de seu senhor. [...] Não tivesse possuído o solo, o camponês seria como que insensível a vários dos encargos que o sistema feudal fazia pesar sobre a propriedade rural. Que importa o dízimo a quem é apenas arrendatário? Ele o retira do produto do arrendamento. Que importa a renda fundiária a quem não é proprietário do fundo? Que importam até mesmo os problemas da plantação a quem planta para outro? (TOCQUEVILLE, 1997, p.75)

O autor destaca também que a revolução não foi a primeira agente para a distribuição de terras na França. Em 1789 tivemos sim o confisco e a distribuição das terras da igreja, contudo, antes disso alguns camponeses já haviam conseguido uma pequena propriedade. Dessa forma, aqueles que adquiriram terras na revolução, em sua maioria, já possuíam propriedades. Dessa maneira, após décadas vivenciando o peso da estrutura feudal sobre sua propriedade – mesmo com a atenuação desse peso, ou seja, mesmo que este não tivesse a mesma força daquela que havia séculos antes -, o camponês desenvolve uma “sensibilidade” que só foi possível devido à sua experiência distanciada do peso feudal.

Hobsbawm ao comentar a relevância econômica e política da França enxerga também esse contraste das velhas instituições com a modernização que ocorria; acentuado o contraste entre sua expansão comercial (capitalista) e a manutenção de antigas estruturas sociais:

Mesmo assim a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa, e sob vários aspectos a mais típica, das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes. (HOBSBAWM, 1996)

É, portanto, devido a esse contraste que a maioria dos franceses são motivados a lutar contra o regime dos privilégios aristocráticos. Ou seja, o contato dos camponeses e das camadas mais populares com a modernização econômica e seu acesso às terras são fatores que os distanciam da realidade feudal e absolutista, fazendo com que haja uma percepção mais crítica em relação a esses mecanismos de dominação ali existentes.

O segundo aspecto apontado por Alexis como causa da Revolução é a permanência da sociedade de estamentos. O autor argumenta que o tipo de casamento é fundamental para se saber se ainda há barreiras entre um povo. Diferentemente da aristocracia aberta inglesa, na França os estamentos sociais

ainda eram um fardo pesado que não conseguira ser superado, mesmo após 60 anos de democracia – como cita o autor. A luta pela igualdade era primaz no contexto da revolução, dessa maneira as distinções advindas das reuniões matrimoniais eram uma grave contradição.

A política de enobrecimento era algo que existia já há algum tempo na França e, como demonstra Tocqueville, autores como Burke ressaltavam “a facilidade que tinham os burgueses de obter o enobrecimento conseguindo para si algum ofício; via nisso uma analogia com a aristocracia aberta da Inglaterra” (TOCQUEVILLE, 1997, p.112). Contudo, o autor demonstra mais a frente o equívoco desse pensamento. Enquanto na Inglaterra os estamentos já não era algo tão importante, pois havia com maior naturalidade o matrimônio entre pessoas de diferentes estratificações sociais (obviamente não era o que predominava), na França a política de enobrecimento demarcava ainda mais a desigualdade. Esta passagem do burguês para o status de nobre era bastante incômoda para o plebeu que não possuía nenhuma chance de vivenciar aquilo e via cada vez mais a acentuação das distinções sociais.

O autor argumenta que o burguês e o nobre, ao decorrer do tempo, assemelhavam-se; evidenciando a distinção entre esses dois grupos e o restante do povo. Tocqueville chega a assumir certas diferenças entre a nobreza e a burguesia, principalmente no tocante às “maneiras”, contudo, revela:

porém, no fundo, todos os homens posicionados acima do povo se pareciam; tinham as mesmas ideias, os mesmos hábitos, obedeciam aos mesmos gostos, entregavam-se aos mesmos prazeres, liam os mesmos livros, falavam a mesma língua. Já não diferiam uns dos outros, exceto pelos direitos (TOCQUEVILLE, 1997, p.107).

Essa disparidade entre o povo e as demais classes (burgueses e nobres), no contexto francês, considerando suas particularidades, resulta no descontentamento acentuado da massa. Até mesmo por esse motivo podemos explicar a ampla participação desse setor no processo revolucionário.

Assim, essas duas causas – o contraste do feudalismo com a modernização e a existência de uma sociedade de estamentos – da Revolução, no entendimento de Tocqueville, são elementos fundamentais para a compreensão desse período histórico. Os revoltosos tiram dessas e outras questões a motivação para se rebelarem contra o Antigo Regime.

Além disso, percebemos que o aumento da desigualdade, principalmente através do afastamento da burguesia em relação ao povo, cria um cenário insustentável. No entanto, o burguês, apesar da situação privilegiada, ainda não possuía os mesmos direitos e regalias dos nobres. Assim, a Revolução de 1789 pode ser entendida como uma luta contra a aristocracia e seus benefícios. Podemos considerar que burguesia e povo se unem, aparentemente, num mesmo objetivo. A igualdade é um lema daquele movimento e talvez tenha sido a principal motivação para uma revolta naqueles moldes, mas abordaremos essa temática com maior profundidade mais adiante.

Por fim, resta-nos ressaltar que a Revolução Francesa, embora tenha alcançado certos objetivos, não liquidou de vez o Antigo Regime, nem mesmo alcançou a tal almejada igualdade. Até 1848 a Europa viveu sucessivas crises e tentativas de revolução. Na França, após a Batalha de Waterloo e a derrota de Napoleão, os Bourbon retomam o poder e encabeçam uma articulação política contrária ao liberalismo na tentativa de reforçar as estruturas do Antigo Regime. Em meio a isso tivemos ainda em 1830 uma outra tentativa de liquidar os Bourbon, contudo, somente após dezoito anos conseguiu-se tal feito. Portanto, é apenas em 1848, com Napoleão III e com sucessivas revoltas ao longo da Europa – episódio conhecido como Primavera dos Povos –, que temos o fim derradeiro da estrutura do Ancien Régime.

É importante, porém, ressaltarmos mais uma vez a importância da primeira dessas revoluções, a de 1789. A Revolução Francesa foi a grande influência democrática/liberal para os países da Europa. Hobsbawm destaca que a economia do mundo, no século XIX, foi formada pela Revolução Industrial Britânica, enquanto a política e a ideologia desse período foram formadas pela Revolução Francesa. “A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo”. Mesmo não tendo seus anseios concretizados, aquele movimento se tornou símbolo e inspiração para aqueles que o sucederam.

2.2. A Democracia na América

A *Democracia na América* é a principal obra de Tocqueville, neste livro está exposto seus principais argumentos e teses acerca da democracia e da tendência europeia nesse sentido. O livro foi produzido na década de 1830, a partir de uma viagem para se estudar o sistema prisional nos Estados Unidos. A pesquisa em questão não obteve grande relevância, o livro sobre a democracia, ao contrário, ganhou destaque rapidamente.

Nesse livro, o autor traça um panorama geral da sociedade estadunidense, percorrendo suas instituições, costumes e seu povo; deseja conhecer aquele país, que em suas doutrinas era o principal símbolo contrário à restauração que ocorria na Europa; a liberdade, sua constituição, o liberalismo, tudo isso se opunha aos regimes tradicionais que tentavam se reerguer e manter seu domínio no velho continente. O que mais lhe despertava o interesse ao elaborar a obra era o seguinte: “A República Democrática subsiste nos Estados Unidos. A finalidade principal deste livro foi fazer compreender as causas desse fenômeno” (TOCQUEVILLE, 2005, p.325).

É importante notar que a França jamais é abandonada em seu panorama teórico, suas constatações e elucidações, na América, servem em grande medida para compará-las ao seu país de origem. Tocqueville sempre deixa bem claro que não há possibilidade de implementarmos de maneira idêntica um mesmo governo em dois países diferentes; leis, costumes, religião e instituições, fazem com que cada nação desenvolva de seu modo sua estruturação social.

Tocqueville estuda a França pensando, até certo ponto, na América. Quer compreender por que razão a França encontra tantas dificuldades em ser uma sociedade politicamente livre, embora seja, ou pareça, democrática. No caso dos Estados Unidos procurava compreender as causas do fenômeno inverso, isto é, a persistência da liberdade política por causa ou a despeito do caráter democrático da sociedade. (ARON, 2000, p.216-217)

O contexto social e histórico, o povo e seus costumes, são elementos responsáveis pela estruturação de uma nação. Cada país, portanto, forma-se de uma maneira específica. Dessa maneira, não haveria razões para a Europa, ao saber as leis que vigoram nos Estados Unidos, simplesmente copiá-las.

Não voltemos nossos olhares para a América a fim de copiar servilmente as instituições que ela se deu, mas para melhor compreender as que nos convêm, menos para aí buscar exemplos do que ensinamentos, antes para tomar-lhe emprestados os princípios do que os detalhes de suas leis. As leis da República francesa podem e devem, em muitos casos, ser diferentes das que regem os Estados Unidos, mas os princípios sobre os quais as constituições americanas repousam, esses princípios de ordem, de ponderação dos poderes, de liberdade verdadeira, de respeito sincero e profundo ao direito são indispensáveis a todas as Repúblicas, devem ser comuns a todas, e podemos dizer de antemão que onde eles não se encontrarem a República logo cessará de existir. (TOCQUEVILLE, 2005, p.5)

Nesse sentido, além das leis, instituições e costumes, um outro elemento digno de nota ao se pensar nas características que influenciam o desenvolvimento democrático é o tamanho da pátria. A grande extensão territorial estadunidense, por exemplo, na visão de Tocqueville, seria, a princípio, um empecilho para a democracia nos Estados Unidos. As grandes nações têm grande dificuldades em assegurar o elemento da liberdade. Na sua visão, “nada é tão contrário ao bem-estar e à liberdade dos homens do que os grandes impérios”. Dessa forma, países menores tenderiam a ser mais livres; no momento em que a tirania ali se instaura seu incômodo é muito maior, além disso, desvencilhar-se dela é tarefa muito mais fácil.

a liberdade constitui, na verdade, a condição natural das pequenas sociedades. Nelas o governo oferece pouco atrativo para a ambição, os recursos dos particulares são demasiado limitados para que o soberano poder se concentre, facilmente, nas mãos de um só. Caso isso se produza, não é difícil para os

governados se unir e, por um esforço comum, derrubar ao mesmo tempo o tirano e a tirania. (TOCQUEVILLE, 2005, p.179)

No entanto, as grandes nações não possuem apenas defeitos, Tocqueville ressalta que nestas o amor à glória e à grandeza é muito maior. Além disso, seria absolutamente impossível inexistir grandes países, pois há nestes um elemento importantíssimo: a força. Sem esse elemento haveria sempre o risco de uma potência espoliar as repúblicas mais frágeis. É por esse e outros motivos que o autor ressalta a alternativa que fez dos Estados Unidos um exemplo ao lidar com o problema da grande extensão territorial: o Federalismo. Nesse sistema, cada confederação possui autonomia para resolver as questões de acordo com suas necessidades e costumes, não havendo a necessidade de um órgão central garantir uniformidade e, conseqüentemente, evita-se desprezar as diversidades regionais. A partir disso, a América conseguiu resolver a incompatibilidade territorial com o dilema da liberdade, já que houve a descentralização do poder.

Contudo, não é apenas à liberdade que o autor irá se ater, Alexis observa uma tendência global rumo à igualdade. Esta seria um valor supremo para todos os povos, que buscaram-na incondicionalmente. Dessa maneira, via a inevitabilidade da Democracia; segundo sua visão, tendíamos a uma sociedade cada vez mais igualitária. Sendo assim, busca na América exemplos de como aquele povo se organiza, não para copiá-los, mas para retirar ensinamentos, aprender com os erros e acertos daquele país – afinal, seria ele, naquele momento, segundo o autor, o melhor modelo de Democracia que conhecíamos.

Dessa forma, Tocqueville apresenta um panorama completo da estrutura social Norte-americana, passando pelas leis, pela religião e pelos costumes. Tenta, desse modo, expor da maneira mais completa o conjunto de condições que possibilitaram a América se organizar daquela maneira – possibilitando a existência de um regime democrático. Desde a estrutura das Comunas, existentes desde as primeiras migrações e vistas como um elemento que educou os americanos para a democracia, até à liberdade de imprensa, vista como aliada imprescindível à soberania do povo, o Estados Unidos se desenvolveu de modo a garantir a existência de um regime republicano e democrático.

Nas Comunas, citadas acima, o poder é exercido pelo povo de maneira imediata, sem a intermediação de um representante; é ali que as atribuições que não estão ao alcance dos magistrados são resolvidas. Com relação ao sistema comunal, Tocqueville é bem direto ao relatar sua importância no contexto estadunidense, é ela a responsável pela garantia de um dos elementos mais importantes numa democracia; “estão para a liberdade assim como as escolas primárias estão para a Ciência” (TOCQUEVILLE, 2005, p.71); sem esse elemento “uma nação pode se dotar de um governo livre, mas não possui o espírito da liberdade”. Ou seja, vemos aqui a importância da participação direta do povo. Nesse ponto somos levados a crer que o regime representativo por si só não é garantia de liberdade. Esta se assegura apenas a partir do envolvimento das pessoas nos assuntos públicos e, portanto, da incapacidade da instauração de um regime despótico – já que a liberdade teria que se tornar um valor supremo da República.

Mais adiante, ao relatar as condições favoráveis à manutenção democrática, Tocqueville expõe a importância da religião. Irá relatar que todas as religiões possuem uma reverberação política: “ao lado de cada religião encontra-se uma opinião política que, por afinidade, lhe é adjunta” (TOCQUEVILLE, 2005, p.338). Nos Estados Unidos a religião é “adjunta” à democracia. Segundo o autor a maior parte da América fora povoada por homens que haviam

se furtado à autoridade do papa, não se haviam submetido a nenhuma supremacia religiosa; eles levavam pois ao novo mundo um cristianismo que eu não poderia pintar melhor do que chamando-o democrático e republicano. Isso favorecerá singularmente o estabelecimento da república e da democracia nos negócios. Desde o princípio, a política e a religião estavam de acordo, e desde então não deixaram de estar. (TOCQUEVILLE, 2005, p.338)

Dessa maneira, o autor irá ressaltar como a religião nos Estados Unidos anda lado a lado com a liberdade, sendo elemento importante na formação dos costumes. E, portanto, um mecanismo de educação dos estadunidenses para o exercício político.

A liberdade vê na religião uma companheira de lutas e triunfos, o berço da sua infância, a fonte divina dos seus direitos. Considera a religião como a salvaguarda

dos costumes; os costumes como a garantia das leis e o penhor da sua própria duração. (apud ARON, 2000, p.211)

O tema fundamental de Tocqueville é, portanto, a necessidade de uma disciplina moral inscrita na consciência individual, nas sociedades igualitárias que se querem autogovernar. É preciso que os cidadãos se sujeitem, interiormente, a uma disciplina que não seja apenas imposta pelo medo da punição. Para Tocqueville, neste aspecto discípulo de Montesquieu, a fé capaz de melhor criar esta disciplina moral é a fé religiosa (ARON, 2000, p.212)

Como já dissemos a soberania do povo e a igualdade são premissas fundamentais para a compreensão do funcionamento das instituições na América e são tendências inevitáveis a todo mundo. Onde quer que seja, o homem deseja a igualdade acima de qualquer coisa. Esse fato, logicamente, tem seu valor útil na medida em que os homens estariam buscando justiça ao restringir privilégios e abusos, contudo, é motivo também de preocupação na teoria de Tocqueville.

A igualdade, portanto, pode ser motivo para males numa nação. Isso porque ao defender e lutar por esse valor o povo se esquece de um outro de suma importância: a liberdade. Numa democracia o povo tem uma predisposição ao gosto pela liberdade, contudo,

eles têm uma paixão, ardente, insaciável, eterna e invencível pela igualdade; desejam a igualdade na liberdade e, se não podem obtê-la, desejam-na ainda na escravidão. Tolerarão a pobreza, a servidão, a barbárie, mas não tolerarão a aristocracia. (apud QUIRINO, 2001, p.175)

Não é que os povos cujo estado social é democrático desprezem naturalmente a liberdade; ao contrário, eles têm um gosto instintivo por ela. Mas a liberdade não é o objeto principal e contínuo de seu desejo: o que eles amam com um amor eterno é a igualdade; eles se projetam para a liberdade por um impulso rápido e por esforços súbitos e, se fracassam, resignam-se; mas nada saberia satisfazê-los sem a igualdade, e eles prefeririam perecer a perdê-la. (TOCQUEVILLE, 2005, p.63-64)

A liberdade acaba se tornando, então, o ponto chave na obra de Alexis. A grande questão que se instaura, como paradigma das ciências políticas, é a manutenção da liberdade num contexto de igualdade. Vê-se um perigo fundamental nesse sentido. A igualdade entre o povo e sua soberania nas decisões poderia resultar na supressão das liberdades, por exemplo, num regime arbitrário que ele chama de tirania da maioria.

Nesse caso, a maioria, detentora do poder e soberana, exerceria seu poder sem respeitar a diversidade e a opinião adversa. Dessa maneira, o autor revela que na democracia a maioria tem sim o poder, no entanto, não pode exercê-lo de qualquer forma; de maneira irrestrita, perseguindo ou impedindo a manifestação de um posicionamento contrário ao seu. Sendo assim, o que mais teme o autor na democracia estadunidense não é sua “fraqueza, mas ao contrário, sua força irresistível. E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a pouca garantia que encontramos contra a tirania”. (TOCQUEVILLE, 2005, p.296)

Outra preocupação acerca da liberdade, como já dissemos, seria a falta de envolvimento dos cidadãos com os assuntos públicos. O desinteresse ou a própria individualização em demasia deixaria brechas para que o Estado pudesse tomar o controle e exercer um regime despótico. Dessa forma, o autor argumenta no sentido de desenvolver no povo uma preocupação com assuntos públicos, de forma que as pessoas estejam sempre inteiradas e participando dos processos decisórios.

Dessa maneira, comenta que “depois da liberdade de agir só, a mais natural ao homem é a de conjugar seus esforços com os esforços de seus semelhantes e agir em comum. O direito de associação parece-me, pois, quase tão inalienável por sua natureza quanto a liberdade individual” (TOCQUEVILLE, 2005, p.224). Sendo assim, considerando a participação política como crucial no processo democrático, Tocqueville ressalta a liberdade de associação como um aspecto muito relevante numa República. Nos Estados Unidos, as comunas e os condados, por exemplo, bases para o bom funcionamento da democracia americana, são frutos da associação de indivíduos com o mesmo interesse buscando convergir suas forças para a realização de determinada tarefa. Essa convergência de força é importante, pois, como na democracia não há

concentração de poderes, temos por consequência que nenhum indivíduo isoladamente possui a capacidade decisória ou de veto e, portanto, não conseguiria se defender, isoladamente, de um governo tirano. Dessa forma, conclui-se que “não há país em que as associações sejam mais necessárias, para impedir o despotismo dos partidos ou a arbitrariedade do príncipe, do que aquele em que o estado social é democrático” (TOCQUEVILLE, 2005, p.223).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa conclusão nosso objetivo é atar as duas obras aqui analisadas de Tocqueville, de forma que consigamos entender elementos de uma através da outra. Como já vimos, o contexto em que o autor escreve é marcado por revoltas contra a aristocracia e pela luta pela igualdade. A partir disso, Alexis vislumbra uma sociedade na qual as decisões serão estabelecidas de forma conjunta, na qual haverá uma partilha dos poderes e os cidadãos gozarão de maior igualdade entre si.

A primeira metade do século XIX é marcada por um profundo embate entre a aristocracia e as forças populares (acompanhadas pela burguesia) no contexto francês. Como vimos acima, essa luta não era qualquer expressão entre classes que se rivalizavam; era sim um prenúncio revolucionário que mudaria para sempre a estrutura política e Civil na Europa e no mundo. É nesse contexto que Tocqueville nasce, cresce e desenvolve sua obra. Os acontecimentos políticos e sociais estão, desde sempre, muito presentes em sua vida. Tanto é que, já em seu recinto familiar, começa a receber influência de seu pai, Herve de Tocqueville. No prefácio da obra *A Democracia na América*, François Furet traz o seguinte trecho de Herve:

Luis XV desconheceu o espírito do seu tempo; as palavras de liberdade se repetiam por toda parte: elas repercutiam sob as abóbadas da justiça e saíam da própria boca dos cortesãos. Não seria a mão débil de um monarca desconsiderado que iria sustentar o edifício erigido por Luis, o Grande. A Revolução já irrompia na classe alta; ela descera pouco a pouco à última (TOCQUEVILLE, 2005)

Não havia meios de Alexis esquivar-se daquele contexto e da influência de seu próprio pai, que vivera e resistira à Revolução de 1789, sendo salvo da guilhotina pelo 9 de Termidor. Sendo assim, estimulado por essa realidade, o jovem desenvolve suas próprias interpretações acerca da igualdade, liberdade, democracia e, mais tarde, expô-la-ias em 1835 no primeiro volume de *A Democracia na América*; após o contato direto com uma experiência democrática no Novo Mundo.

A Democracia na América é publicada na década de 1830, em meio a todo turbilhão de acontecimentos e lutas pela igualdade na França; pela deposição dos Bourbon, pelo fim do sistema aristocrático e pela instauração de um governo do povo. O autor é, sem dúvida, movido por essas esperanças. Encontrando, assim, nos EUA um material vasto para se pensar este novo regime, procurando acertos e defeitos para que pudesse prevê-los quando fosse implementado em seu país.

Já *O Antigo Regime e a Revolução*, é um livro publicado na década de 1850, após, digamos, a “consolidação” de um processo revolucionário. A tomada do poder por Napoleão III é o que mais bem simboliza esse fato. A “primavera dos povos”, em 1848, é um marco do fim do antigo regime, da queda de governos por toda a Europa após forte pressão popular.

Nesse período, Tocqueville já havia sido representante do povo na assembleia diversas vezes, tendo vasta experiência nos assuntos públicos. Além disso, escreveu a seguinte obra no cárcere (*O Antigo Regime e a Revolução*), visto que foi opositor de Napoleão, que mandara para a reclusão os responsáveis pela elaboração de um manifesto contrário ao governo. Dessa forma, vira de perto os efeitos do período revolucionário e sua conclusão sobre eles não é muito favorável. O autor não questiona a intencionalidade da Revolução Francesa e aquilo que seus defensores clamavam, mas sim seus reflexos posteriormente.

Em *A Democracia na América* vemos a preocupação do autor com a supressão da liberdade e uma tirania ainda mais terrível do que a do absolutismo. Pensando no contexto Francês, Tocqueville temia que seu país tomasse um rumo despótico por vias populares. Mais tarde, quando escreve *O Antigo Regime e a*

Revolução, tem-se uma percepção mais exata daquilo que ocorrera na França e no prefácio apresenta o seguinte diagnóstico:

Procurarei mostrar por quais circunstâncias, quais erros, quais decepções esses mesmos franceses acabaram abandonando seu objetivo inicial e, esquecendo a liberdade, passaram a querer apenas se tornar servidores iguais do dono do mundo; como um governo mais forte e muito mais absoluto do que aquele que a Revolução derrubara retoma e concentra então todos os poderes, suprime todas aquelas liberdades que custaram tão caro, coloca no lugar delas suas vãs imagens; chamando de soberania do povo os sufrágios de eleitores que não podem esclarecer-se nem se concertar, nem escolher; vota como isento de imposto o assentimento de assembleias mudas ou subjugadas; e, ao mesmo tempo que arrebatada da nação a faculdade de governar-se, as principais garantias do direito, a liberdade de pensar, falar e escrever – ou seja, o que houvera de mais valioso e de mais nobre nas conquistas de 1789 -, ainda se pavoneia com esse grande nome. (TOCQUEVILLE, 1997, p.45)

Ou seja, o desapontamento com os efeitos da Revolução é nítido. Há vinte anos ele já previra e alertava sobre os possíveis perigos que o regime democrático poderia causar. Em *A Democracia na América*, seu maior temor já era a possível tirania na qual a democracia poderia resultar. No próprio contexto estadunidense essa preocupação se fazia presente, de forma que Tocqueville explicita:

O que mais critico no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como muitos na Europa pretendem, sua fraqueza, mas, ao contrário, sua força irresistível. E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a pouca garantia que encontramos contra a tirania. (TOCQUEVILLE, 2005, p.296)

Outro tema de destaque na história do pensamento liberal é o individualismo. Desde John Locke vê-se a importância dada ao indivíduo, a suas ações e liberdades. Em Tocqueville, como vimos, esses temas continuam presentes, contudo, o autor não enxerga uma democracia sustentada pelo individualismo. Este elemento produziria brechas que poderiam ser ocupadas pelo Estado. Segundo Célia Quirino, esse individualismo que preocupa Alexis seria fruto do capitalismo industrial, ocasionado pelo interesse lucrativo; que traria, por consequência, o esquecimento da atividade pública. Assim, teríamos cidadãos focados no particular e no privado, “abandonando seu interesse pela coisa pública. Dessa forma, acabam por facilmente deixar-se conduzir” (QUIRINO, 2001, p.156).

Tocqueville, portanto, é um pensador liberal que se distingue dos demais pela sua ênfase histórica. Sua teoria jamais parte, única e exclusivamente, de um ser humano abstrato, universal, com predisposições fixas em todos os lugares – justamente por esse motivo não vemos esse abstracionismo do indivíduo em sua obra. Há sempre em sua produção intelectual um referencial histórico, captando as raízes de determinado processo ou resultado prático na existência de uma nação. É assim em *O Antigo Regime e a Revolução* e também em *A Democracia na América*. No primeiro, ele retoma, por exemplo, acontecimentos do início do século XVIII para explicar a Revolução Francesa e seus resultados posteriores. Já na obra sobre a América, analisa a chegada dos imigrantes, as primeiras instituições e a maneira com que estas se transformaram a partir de variáveis locais até as formas que ele conheceu presencialmente no século XIX.

É por esse motivo que Raymond Aron aponta o caráter sociológico da obra de Tocqueville. Este “parte da determinação de certos traços estruturais das sociedades modernas para a comparação das diversas modalidades dessas sociedades” (ARON, 2000, p.201). Ressalta ainda que da mesma forma que geralmente simplificamos o pensamento dos grandes sociólogos em uma temática estrutural, como o capitalismo em Marx e o fator industrial para Comte, podemos fazer o mesmo com Tocqueville, que concentra seus esforços para estudar a democracia. Ao contrário de Marx e Comte, Tocqueville se difere, segundo Aron, por garantir certo dinamismo nas sociedades democráticas, não uniformizando-as a partir desta estrutura fundamental.

As sociedades democráticas são liberais ou despóticas; podem e devem assumir características distintas nos Estados Unidos e na Europa, na Alemanha e na França. Tocqueville é o sociólogo comparativista por excelência; procura identificar o que é importante, confrontando espécies de sociedade pertencentes a um mesmo gênero ou a um mesmo tipo. (ARON, 2000, p.202)

Dessa maneira, consideramos que a preocupação teórica fundamental para Tocqueville é o desenvolvimento das instituições e da população francesa, sob o prisma da igualdade e inevitabilidade democrática. Sua obra de 1835 é reveladora nesse sentido, como ele diz: "Não voltemos nossos olhares para a América a fim de copiar servilmente as instituições que ela se deu, mas para melhor compreender as que nos convém". (TOCQUEVILLE, 2005, p.5)

Mesmo escrevendo sobre os Estados Unidos seu foco está na França. A experiência da Revolução de 1789 e seus desdobramentos marcam a vida deste jovem, de forma que o quebra-cabeça francês se torna uma obsessão a ser resolvida e decifrada. Qual seria o resultado daquele país? Sua tese de que a democracia fosse se sobrepor aos regimes absolutos estava certa, mesmo após o retorno dos Bourbon? Se sim, como isso seria na prática? Os costumes e as leis francesas os levariam a qual patamar? Essas indagações são inevitáveis para aquele pensador que vivencia as diversas revoluções e "contrarrevoluções" que assolavam a França, criando uma incógnita fundamental: qual será o resultado de tudo isso?

Mas se pensarmos na origem para essa conturbação histórica, que motiva todas essas dúvidas, veremos no século XVIII duas causas: A Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Como já dito acima, uma no aspecto econômico e a outra no ideológico/político. Na França, até meados de 1850, não se tinha vivenciado a primeira de maneira completa; tinha-se ainda um amplo contingente de camponeses naquela nação. Mas a revolução política é elemento daquele país por excelência, em nenhum outro lugar tivemos tanta conturbação e mudanças no âmbito ideológico.

E é por esse motivo que defendo a tese de que o pensamento liberal de Tocqueville tem como raiz o movimento de 1789. É este processo que possibilita indagações no modelo em que apresentei acima; é ele que contrasta o povo e a aristocracia; coloca em xeque os costumes e os valores tradicionais frente à mudança liberal. O autor é contemporâneo do processo de derrocada do Antigo regime e, frente a isso, via-se a força e relevância que as massas vinham ganhando na luta política. Sua vida é marcada pelo processo de ressurgimento da democracia em solo europeu, e a grande causa disso é a revolução política que tivemos em solo francês.

Tocqueville vem de uma família aristocrata; seu pai e sua mãe quase foram para a guilhotina, graças à queda jacobina em 1794 e o fim do período de Terror ambos foram salvos. Talvez a partir disso consigamos entender seu medo da democracia e do poder irrestrito do povo. Seu pai combatera a revolução e vira de perto os efeitos que a paixão popular pode causar - para um nobre aquilo, sem dúvida, era assustador.

O fenômeno de 1789 obteve um papel muito mais significativo do que qualquer outra revolução para Tocqueville. Apesar da América já estar se consolidando como democracia, a revolução na França foi o grande símbolo propulsor desse tipo de regime:

Todas as revoluções civis e políticas tiveram uma pátria e nela se confinaram. A Revolução Francesa não teve território próprio; mais ainda, de certa forma, seu efeito foi apagar do mapa todas as antigas fronteiras. Vimo-la aproximar ou dividir os homens a despeito das leis, das tradições, das características, das línguas, às vezes transformando inimigos em compatriotas e irmãos em estrangeiros; ou melhor, ela formou, acima de todas as nacionalidades particulares, uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações puderam tornar-se cidadãos. (TOCQUEVILLE, 1997, p.59)

Dessa forma, concluímos que a obra de Tocqueville é:

um grande manifesto liberal ao povo francês. Para ele, a Revolução Francesa não acabou, ela foi parte de um processo mais duradouro de democratização. E depende apenas do povo francês atingir um Estado igualitário na liberdade, pois, (QUIRINO, 2001, 160) 'as nações de hoje não poderiam impedir que no seu

seio as condições não fossem iguais; mas depende delas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias' (apud QUIRINO, 2001)

Ou seja, o que nos guiou ao longo de todo esse trabalho e mais uma vez exposto acima é o papel da Revolução Francesa como marco histórico, político e social, na formação intelectual do francês Alexis de Tocqueville. É este acontecimento que possibilita e guia a elaboração de toda produção do autor. Temas como a democracia, a liberdade e a igualdade, retornam ao léxico europeu graças à revolução de 1789. Como Hobsbawm afirma foi quem forneceu “o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo”. Consequentemente, concluímos que a revolução forneceu, desse modo, as condições para que uma interpretação nos moldes de Tocqueville fosse realizada.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 5. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000. p. 201-236.

HOBSBAWM, E. J. **A Era da Revoluções: Europa 1789-1848**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

QUIRINO, Célia. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, Francisco C. et al (Org.). **Os Clássicos da Política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill e Marx**. 10. ed. São Paulo: Editora ática, 2001. p. 149-188.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: Leis e Costumes**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Tradução de Yvonne Jean. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.